



SETEMBRO 2022

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA ATUAL

POLÍTICA EXTERNA

- Visão de Longo Prazo
- Plano Estratégico

DIPLOMACIA

- Leva a efeito da Política Externa
- Executa o plano estratégico
- Otimiza recursos (eficiência)
- Medidas para atingir os objetivos (eficácia)

Política externa de um Estado

- É elaborada e executada segundo os cânones da época (influenciável pelo fator tempo).
É influenciada pelo(a):
- Estatuto internacional que o país possui (Grande ou pequena potência);
- Grau de dependência externa (política, económica, cultural...);
- Tipo de alianças estruturais ou conjunturais;
- Relações Bilaterais ou Multilaterais;
- Contexto Nacional
- Contexto Internacional;
- Pujança do seu mercado
- Área geográfica (periférico ou central);
- Recursos naturais e humanos disponíveis.

GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA (III REPÚBLICA)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC22/GOVERNO/GOVERNOS-ANTERIORES](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores)

Governos Provisórios (1974/1976):

- I Governo Provisório – Adelino da Palma Carlos: 16-05-1974 até 18-07-1974
- II Governo Provisório – Vasco Gonçalves: 18-07-1974 até 30-09-1974
- III Governo Provisório – Vasco Gonçalves: 30-09-1974 até 26-03-1975
- IV Governo Provisório – Vasco Gonçalves: 26-03-1975 até 08-08-1975
- V Governo Provisório – Vasco Gonçalves: 08-08-1975 até 19-09-1975
- VI Governo Provisório – José Pinheiro de Azevedo: 19-09-1975 até 23-07-1976

PR Portugal:

- António de Spínola: 1974
- Francisco da Costa Gomes: 1974/1976

Três personalidades desempenharam papel relevante na política externa portuguesa entre 1974/76:

- Francisco Costa Gomes: PR entre 30/09/1974 e 13/07/1976;
- Mário Soares: secretário-geral do Partido Socialista (PS) entre 1973 e 1986, ministro dos negócios estrangeiros durante os três primeiros governos provisórios (GP) e ministro sem pasta no IV GP;
- Ernesto Melo Antunes: ministro sem pasta no II GP e ministro dos negócios estrangeiros no IV e VI GP.

GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA (III REPÚBLICA)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC22/GOVERNO/GOVERNOS-ANTERIORES](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores)

Governos Constitucionais (1976/1980):

- I Governo Constitucional – Mário Soares: 23-07-1976 até 23-01-1978
- II Governo Constitucional – Mário Soares: 23-01-1978 até 29-08-1978
- III Governo Constitucional – Alfredo Nobre da Costa: 29-08-1978 até 22-11-1978
- IV Governo Constitucional – Carlos Mota Pinto: 22-11-1978 até 07-07-1979
- V Governo Constitucional – M^a de Lurdes Pintassilgo: 01-08-1979 até 03-01-1980

PR Portugal:

- Ramalho Eanes, 1976-1986

• 1960: adesão de Portugal ao FMI

- 1977: Primeira intervenção do FMI em Portugal (PR Ramalho Eanes; e PM Mário Soares).

Instabilidade político-económica (incluindo efeitos da Reforma Agrária e da política das ocupações):

- Crise Internacional do Petróleo de 1973
- Explosão social pós Revolução 25 de Abril + Descolonização (“Drama dos Retornados”)
- Inflação elevada (chegou aos 20%) + Taxa de desemprego superior a 7%
- Escudo desvalorizado + Bens racionados.

GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA (III REPÚBLICA)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC22/GOVERNO/GOVERNOS-ANTERIORES](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores)

Governos Constitucionais (1980/1985):

- VI Governo Constitucional – Francisco Sá Carneiro: 03-01-1980 até 09-01-1981
- VII Governo Constitucional – Francisco Pinto Balsemão: 09-01-1981 até 04-09-1981
- VIII Governo Constitucional – Francisco Pinto Balsemão: 04-09-1981 até 09-07-1983
- IX Governo Constitucional – Mário Soares: 09-07-1983 até 06-11-1985

PR República Portuguesa:

- António Ramalho Eanes, 1976-1986.

1977/1983: Lei da Delimitação de Setores (empresas privadas não podiam investir em certos setores, tais como o bancário, o saneamento básico e a água, as telecomunicações, os transportes, portos e aeroportos).

1983: a lei anterior passou a permitir que empresas privadas se dedicassem a setores como banca e seguros, cimentos e adubos.

1983: Segunda intervenção do FMI em Portugal. PM Mário Soares à frente do governo do Bloco Central com PPD-PSD de Mota Pinto. Desemprego acima dos 11%. Dívida externa elevada devido à subida das taxas de juro internacionais. Empréstimo de 750 milhões de dólares (em contrapartida, houve cortes nos salários e nos subsídios de Natal dos funcionários públicos e inflação).

GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA (III REPÚBLICA)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC22/GOVERNO/GOVERNOS-ANTERIORES](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores)

Governos Constitucionais (1985/2022):

- X Governo Constitucional – Aníbal Cavaco Silva: 06-11-1985 até 17-08-1987
- XI Governo Constitucional – Aníbal Cavaco Silva: 17-08-1987 até 31-10-1991
- XII Governo Constitucional – Aníbal Cavaco Silva: 31-10-1991 até 25-10-1995
- XIII Governo Constitucional – António Guterres: 25-10-1995 até 25-10-1999
- XIV Governo Constitucional – António Guterres: 25-10-1999 até 06-04-2002
- XV Governo Constitucional – Durão Barroso: 06-04-2002 até 17-07-2004
- XVI Governo Constitucional – Pedro Santana Lopes: 17-07-2004 até 12-03-2005
- XVII Governo Constitucional – José Sócrates: 12-03-2005 até 26-10-2009
- XVIII Governo Constitucional – José Sócrates: 26-10-2009 até 20-06-2011
- XIX Governo Constitucional – Pedro Passos Coelho: 20-06-2011 até 30-10-2015
- XX Governo Constitucional – Pedro Passos Coelho: 30-10-2015 até 26-11-2015

PR República Portuguesa:

- Mário Soares: 1986/1996
- Jorge Sampaio: 1996/2006
- Aníbal Cavaco Silva: 2006/2016.

1985. 12 junho de 1985: PM Mário Soares assina Tratado de Adesão de Portugal à então CEE

GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA (III REPÚBLICA)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC22/GOVERNO/GOVERNOS-ANTERIORES](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores)

2011/2014. A 6 de abril de 2011 o PM **José Sócrates** anunciava pedido de assistência. Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) foi acordado, em maio de 2011, entre Portugal, a UE e o FMI; e terminou a 30 de junho de 2014.

- TROIKA (Triunvirato): Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE).
- Em 2011 o FMI emprestou 26 mil milhões de euros (de um empréstimo global de 78 mil milhões de euros), empréstimo que Portugal saldou em dezembro de 2018
- Sem o financiamento, o Estado não poderia pagar a totalidade das suas despesas, grande parte das quais são salários e pensões, o que provocaria uma recessão ainda maior.



Governos Constitucionais (1985/2022):

- XXI Governo Constitucional – António Costa: 26-11-2015 até 26-10-2019.
- XXII Governo Constitucional – António Costa: 26-10-2019 até 30-03-2022.
- XXIII Governo Constitucional – António Costa: desde 30-03-2022.

PR República

Portuguesa:

- Marcelo Rebelo de Sousa: 2016/2026

« As metas que o Governo afirma ter conseguido alcançar: *«Ao mesmo tempo, consolidámos e alargámos os eixos estratégicos da política externa portuguesa. Na Europa, através da capacidade de interlocução com as instituições europeias e com os Estados-Membros que defendem a integração europeia, assim como com o Reino Unido. No Atlântico Norte, mercê do empenhamento na NATO (nomeadamente no quadro do reforço da capacidade de dissuasão e da estrutura de defesa, face à crise de segurança no leste europeu e à postura hostil e agressiva da Federação Russa) e nas relações bilaterais com os Estados Unidos e o Canadá. No Atlântico Sul, com a participação na Conferência Ibero-Americana e a ligação a África. Na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com a conclusão bem-sucedida do Acordo sobre Mobilidade, os programas de cooperação mantidos com todos os países africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste, e o programa específico de apoio e doação de vacinas contra a COVID-19. Na ligação às comunidades residentes no estrangeiro, com a atenção particular às circunstâncias mais difíceis (como a Venezuela ou a África do Sul), com a extensão do recenseamento automático a todos os portugueses, com o reforço dos laços com todas as comunidades e suas associações e com o lançamento do Novo Modelo de Gestão Consular. E na promoção da internacionalização da nossa economia e da nossa língua e cultura.»*

Consultar: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

XXIII GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (DESDE 30-03-2022)

URL: [HTTPS://WWW.PORTUGAL.GOV.PT/PT/GC23](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23)

Maioria Absoluta do PS obtida nas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022



PRIMEIRO MINISTRO
António Costa

Primeiro-Ministro

Período de governação:

2022-03-30 até à data atual

Secretários de Estado (2)



João Gomes Cravinho

Ministro dos Negócios
Estrangeiros

Período de governação:

2022-03-30 até à data atual

Secretários de Estado (3)



Francisco André

Secretário de Estado dos Negócios
Estrangeiros e Cooperação

Período de governação:

2022-03-30 até à data atual



Paulo Cafôfo

Secretário de Estado das
Comunidades Portuguesas

Período de governação:

2022-03-30 até à data atual.

PS Madeira.

Bernardo Ivo Cruz

Secretário de
Estado da
Internacionalização

Período de
governação:

2022-03-30 até à
data atual

Licenciado em
Relações

Internacionais pela
Universidade

Lusíada de Lisboa
em 1995.

XXIII GOVERNO PT

POLÍTICA EXTERNA

I.IV.1. Afirmar Portugal como país aberto à Europa e ao Mundo

«No plano mundial, a eleição e reeleição de António Guterres para Secretário-Geral da ONU e a eleição de António Vitorino para Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações, bem como as outras responsabilidades assumidas em diferentes organizações, ilustram também a projeção do nosso país.»

«O Programa do Governo para 2022-2026 caracteriza-se, assim, **pela continuidade e o aprofundamento dos eixos e objetivos estratégicos da política europeia e externa.** Visa:

- Participar ativamente na construção europeia;
- Apoiar o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas;
- Cultivar relações bilaterais diversificadas;
- Valorizar a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
- Reforçar a Cooperação;
- Adaptar a organização diplomática e consular às novas realidades da emigração portuguesa e aproveitar o enorme potencial da diáspora portuguesa;
- Divulgar e promover internacionalmente a língua e cultura portuguesas;
- Apoiar a internacionalização da economia portuguesa; (...) ».

Consultar: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

XXIII GOVERNO PORTUGUÊS POLÍTICA EXTERNA – MNE

I.IV.1. Afirmar Portugal como país aberto à Europa e ao Mundo

«(...) no âmbito da União Europeia, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia permitiu lançar mecanismos europeus fundamentais para consolidar uma Identidade Europeia de Defesa fundada numa cooperação estruturada permanente no domínio da segurança e da defesa. Foi possível lançar o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, e aprovar a quarta vaga de projetos da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), participando de forma decisiva na elaboração da Bússola Estratégica da União Europeia aprovada em março de 2022.»



Tanto no quadro da União Europeia como no da NATO, a invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter um efeito de aceleração, intensificação e aprofundamento quanto à forma como cada uma dessas instituições contribui para a segurança e defesa do continente europeu e da comunidade transatlântica. Neste contexto de mudança, Portugal será voz ativa, apoiando o processo de consolidação de uma capacidade de afirmação militar da União Europeia, e pugnando sempre pela complementaridade entre NATO e União Europeia e pela manutenção e o reforço dos laços transatlânticos.

Consultar: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

XXIII GOVERNO PORTUGUÊS POLÍTICA EXTERNA – DEFESA



I.IV.2. Algumas medidas previstas pelo governo:

- «Concretizar o investimento previsto numa Plataforma Naval Multifuncional para a Marinha;
- «Concretizar as linhas orientadoras da Estratégia Nacional de Ciberdefesa;
- «Concretizar as linhas orientadoras da Estratégia Nacional para o Espaço (...) elemento importante do ponto de vista da soberania, mas igualmente vital para uma economia moderna e para diversas atividades civis, tantas vezes sustentadas em serviços baseados no espaço e satélites;
- «Continuar a dar prioridade ao desenvolvimento de projetos com valor multiplicador e relevo internacional, como a edificação do *Atlantic Center* na Região Autónoma dos Açores e a criação do Centro Multinacional de Treino de Helicópteros (...)
- «Prosseguir a integração dos adidos militares no âmbito da política externa de Defesa, contribuindo para a promoção externa das nossas indústrias de defesa; (...)
- «Continuar a fomentar a participação em programas conjuntos, desde logo no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente e do Fundo Europeu de Defesa, mas também junto da Agência Espacial Portuguesa, da Agência Europeia de Defesa, da NATO e de outros programas cooperativos; (...)».

Consultar: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>

Europa



Independência Nacional
(1128-1580 + 1640-1986);
vs. adesão a projetos de
construção europeia

- 1580-1640 (Império Filipino);
- 1986/... (CEE, hoje UE).

Resto do Mundo

Atlântico

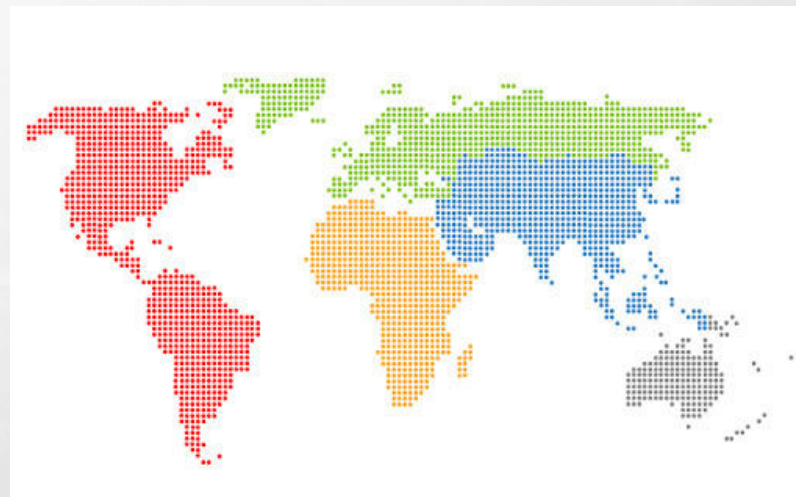
Ex-Eixo Imperial (1415-1999)
Diplomacia multilateral (séc. XXI)

Relações Transatlânticas

Portugal/Reino Unido (Tratado de Windsor, desde 1386.

Portugal/EUA e Canadá + NATO (Portugal, desde 1949).

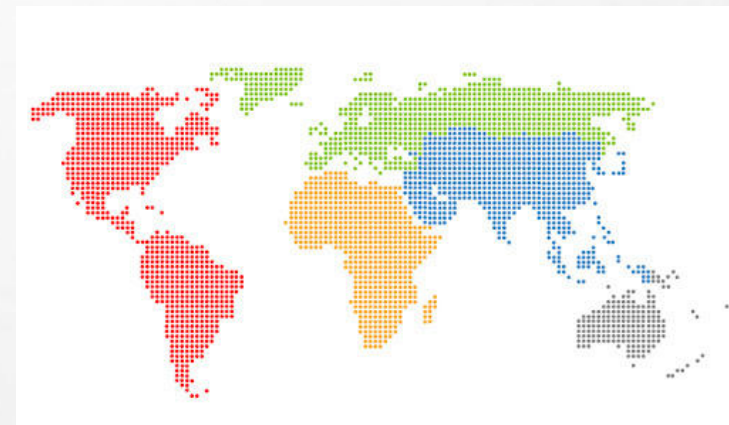
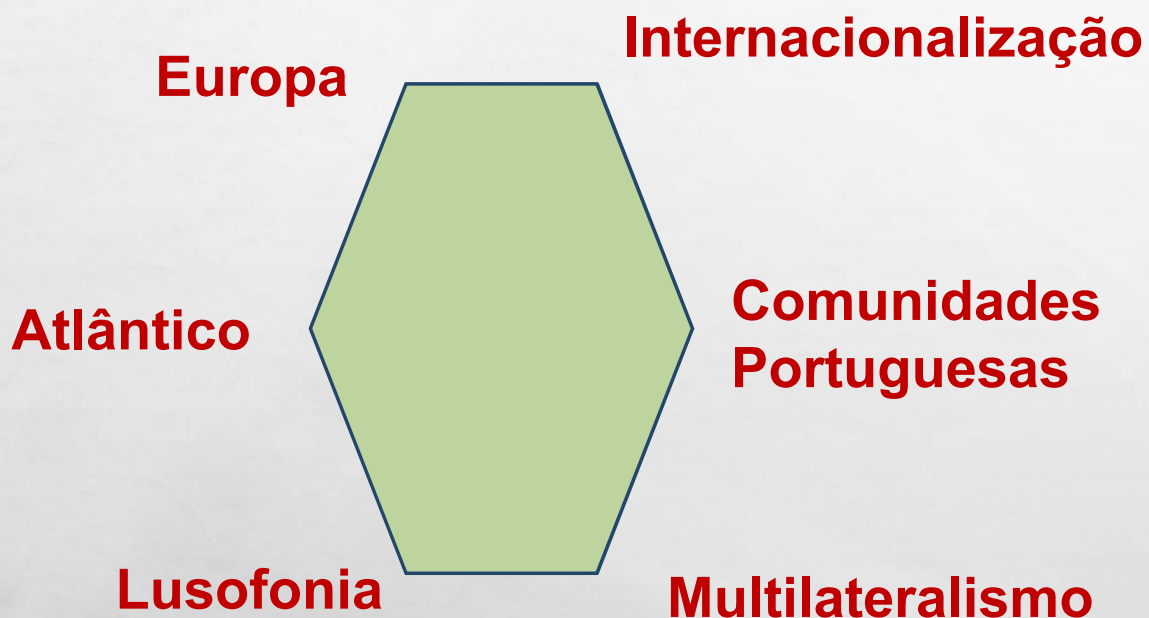
EIXOS DE POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA



Fontes:

- Maria Sousa Galito (2019).
- Nuno Severiano Teixeira (2000).

EIXOS DE POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA ATUAL – VERSÃO ATUAL



2 vetores tradicionais + subdivisão do terceiro vetor estratégico.

Resto do Mundo subdivide-se em 4:

- Comunidades Portuguesas
- Lusofonia
- Internacionalização
- Multilateralismo

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

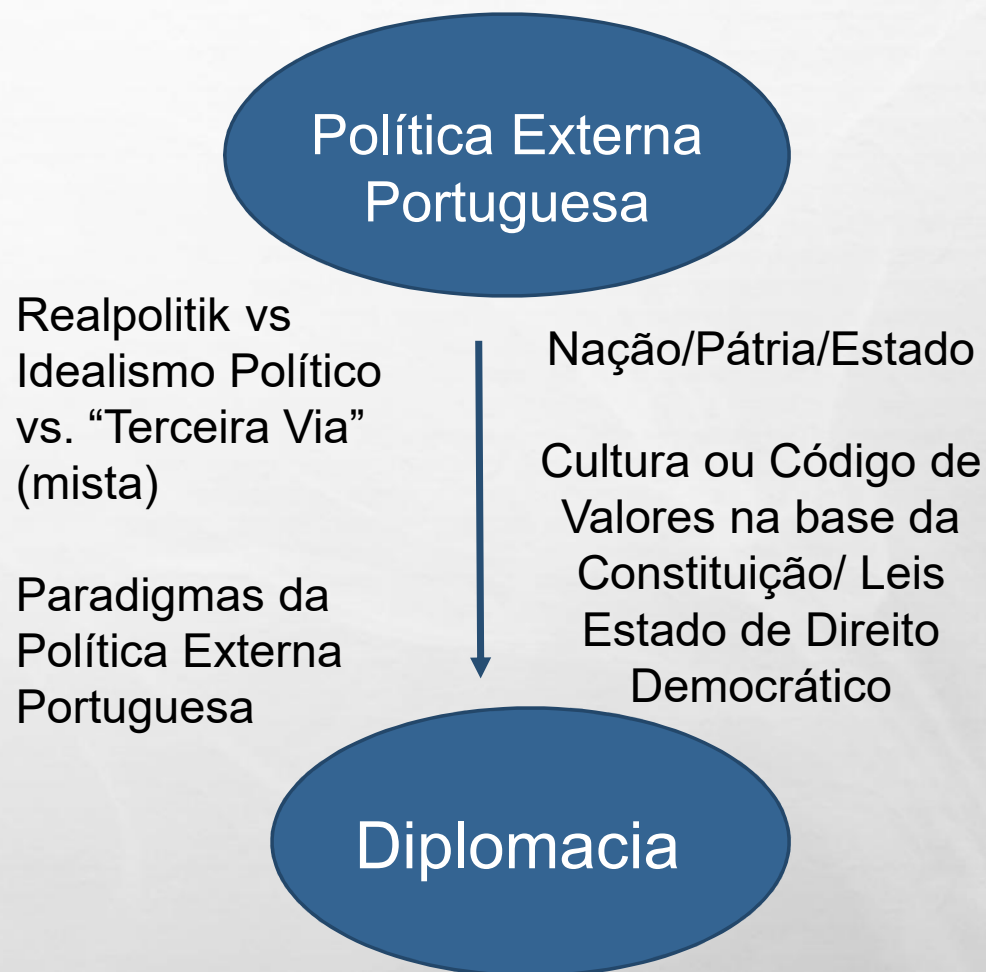
- 3 PARADIGMAS TRADICIONAIS

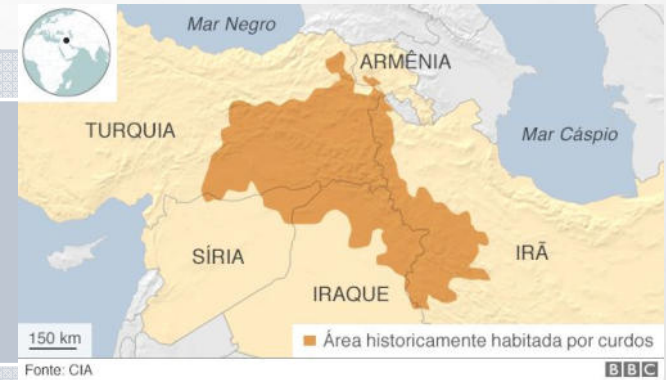
- EUROPA
- ATLÂNTICO
- RESTO DO MUNDO

VS.

- 6 PARADIGMAS ATUAIS

- EUROPA/ UNIÃO EUROPEIA
- RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS
- LUSOFONIA
- COMUNIDADES PORTUGUESAS
- INTERNACIONALIZAÇÃO
- MULTILATERALISMO.





Estado-Nação
Ex: Portugal

Estado
Várias Nações
Ex: Espanha

Federação
Vários Estados
Várias Nações
Ex: Alemanha (Bávaros, Saxões, povos Kölsch de Colónia, etc.)

Nação sem Estado (ou dividida em diferentes Estados)
Ex: Curdistão
Ex: Tuaregues



Nação

- Povo
- Terra, *Mater*
- Localização (território natural, origem desse povo, onde nasceu)
- Fronteira natural
- Língua própria
- Modo de ser
- Estilo de vida próprio

Pátria

- População
- Construção política ou literária, mítica (baseada em padrão histórico)
- Pater, Patriarcado
- Fronteira construída
- Língua consensual, falada pela grande maioria da população
- Modo de ser (aprendido)
- Estilo de vida (aprendido)

Estado

- Cidadãos
- Institucionalização da Nação e/ou da Pátria
- Leis e Tribunais para aplicação da Justiça
- República ou Monarquia
- Governo
- Forças Armadas
- Modelo Civilizacional interno e/ou que se projeta além fronteiras.

Nação/ Pátria/ Estado

Cultura ou Código de Valores na base da Constituição/ Leis

Nação

- Território definido e natural
- Dificilmente se expande

Pátria

- Construção histórica
- Pode ser assimilada por povos não naturais do território

Estado

Política interna
Política Expansionista do Estado =
Imperialismo



Artigo 1.º

República Portuguesa

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Artigo 2.º

Estado de direito democrático

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

SOBERANIA

Constituição da República Portuguesa



Artigo 7.º
Relações internacionais

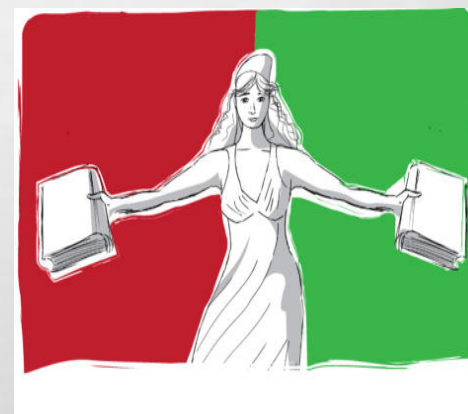
POLÍTICA EXTERNA

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade. (...)

6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático e pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica, social e territorial, de um espaço de liberdade, segurança e justiça e a definição e execução de uma política externa, de segurança e de defesa comuns, convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia. (...)

SOBERANIA PARTILHADA

Constituição da República Portuguesa



POLÍTICA EXTERNA

Artigo 8º Direito Internacional

1. **As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.**
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.
3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram diretamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respetivos tratados constitutivos.
4. **As disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respetivas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático.**

SOBERANIA PARTILHADA



**Constituição da
República Portuguesa**

Case Study

Estudo de Caso

- O governo português decretou três dias de luto nacional (entre 18/20 setembro 2022).
- O tributo à rainha Isabel II é justificado por o Reino Unido ser o mais antigo aliado de Portugal e por a monarca ter "marcado profundamente a 2ª metade do século XX".
- A nível institucional a homenagem é assinalada com a bandeira nacional a meia haste nos edifícios públicos. Recomenda-se a alteração de datas festivas.

Concorda com esta decisão?

- Portugal é uma República (a constituição de 1976 não permite a proclamação da Monarquia em Portugal).
- Portugal nunca cumpriu luto nacional pelo falecido Rei D. Carlos ou pelo seu filho Luís Filipe (Regicídio de 1908).
- A rainha de Inglaterra era chefe honorária da Commonwealth e Chefe de Estado de 15 Estados (incluindo Austrália, Nova Zelândia e Canadá).
- Portugal não é colónia nem Protetorado do Reino Unido e não é membro da Commonwealth.
- O Reino Unido já não é membro da UE.



Decreto-Lei nº 150/87, de 30 de Março (artigo 7º)

Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português (artigo 42.º)

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- MINTZ, Alex and DeRouen Jr., Karl (2010). “Understanding Foreign Policy Decision Making”. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, Victor Marques dos (2012). “Elementos de Análise de Política Externa”. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SNYDER, R. and BRUCK, H. and SAPIN, H. and HUDSON, V. (2002). “Foreign Policy Decision-Making”. New York: Palgrave Macmillan.
- SANTOS SILVA, Augusto (2018). “O Desenvolvimento da Política Europeia e Externa de Portugal e os Desafios para 2018 – Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros”. MNE – Seminário Diplomático, 3 janeiro, pp. 1-25.
- SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno (2000). “Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”. Relações Internacionais, N.º 28, Dezembro, pp. 51-60.
- SOUSA GALITO, Maria (2019). “Ensaio sobre Política Externa Portuguesa”. CESA-CSG WP 176, ISEG-UL – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, pp. 1-33.



POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA ATUAL

PROFESSORA MARIA SOUSA GALITO

Muito Obrigada.